

PROJETOS DE VIDA NO ESPAÇO RURAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR: JUVENTUDE, GÊNERO, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Karini Aparecida Scarpari*
Exzolvildres Queiroz Neto**
Samuel Barreto Siqueira***
Rafael Lucas Alves Ferreira****

Resumo

O trabalho investiga, principalmente, juventude, gênero e trabalho no espaço rural a partir da realidade de 5 (cinco) jovens estudantes do curso de Técnico em Agropecuária da Escola Agrícola Estadual Manuel Moreira Pena, também, conhecida como Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu. A metodologia de pesquisa é qualitativa, mas utilizamos elementos quantitativos no tratamentos de alguns dados. A partir de questionários semi-estruturados aplicados a 46 jovens estudantes da Escola Agrícola, sendo 11 moças e 35 rapazes com idade de 14 a 19 anos, selecionamos 5 (cinco) jovens que residem no espaço rural do município de São Miguel do Iguaçu, PR para o aprofundamento da pesquisa. A juventude é um processo que se constrói a partir de múltiplas variáveis da vida em sociedade, o conceito de gênero expõe uma das contradições da sociedade do mundo do trabalho e os papéis de homens e mulheres com atores sociais no espaço rural. Nesse sentido, o trabalho analisa quais os motivos das jovens optarem por fazer o curso de Técnico em Agropecuária e como percebem o papel da mulher no trabalho agrícola na propriedade.

Palavras-chave: Juventude; Espaço Rural; Gênero; Trabalho Agrícola; Educação Técnica.

Abstract

The work investigates mainly the factors, youth, gender and employment in rural areas from the reality of five (5) young students of the Technical Course in Agriculture of the State Agricultural School Manuel Moreira Pena, also known as Agricultural College of Foz do Iguaçu. The research methodology is qualitative. From semi-structured questionnaires given to 46 young students of Agricultural School, 11 girls and 35 boys aged 14 to 19 years, selected the five (5) young people in rural areas in the municipality of São Miguel do Iguaçu, PR. Youth is a process that is constructed from multiple variables of social life, the concept of gender exposes one of the contradictions of the world of work society and the roles of men and women with social actors in rural areas. In this sense, the paper analyzes the motives of young people choose to take the course in Technical Agricultural and how they perceive the role of women in agricultural work on the property.

Keywords: Youth; Rural Space; Gender; Agricultural Work; Technical Education.

* Graduada em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Bolsista de Iniciação Científica Fundação Araucária 2013/2014. E-mail: karini.scarpari@aluno.unila.edu.br

** Doutor em Engenharia Agrícola pela UNICAMP. Professor da área de Desenvolvimento Rural na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: queiroz.neto@unila.edu.br

*** Acadêmico do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Voluntário do Programa de Iniciação científica (2014). E-mail: samuel.siqueira@aluno.unila.edu.br

**** Acadêmico do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Voluntário do Programa de Iniciação científica (2014). E-mail: rafael.ferreira@aluno.unila.edu.br

Introdução

O presente artigo resulta do trabalho de conclusão de curso (TCC) que se estruturou a partir de um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) iniciado em 2013, e do plano de trabalho de iniciação científica da discente bolsista da Fundação Araucária, que tem por objetivo estudar o jovem no espaço rural do município de São Miguel do Iguaçu, PR. É resultado, também, da implementação do plano de trabalho intitulado Análise Qualitativa Sócio-Espacial do Jovem no Espaço Rural de São Miguel do Iguaçu, PR no período de 2013-2014 onde a autora foi bolsista de iniciação científica contando com financiamento da Fundação Araucária vinculado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

O objetivo medular do TCC foi estudar a realidade de jovens do sexo feminino que vivem no espaço rural do município tendo como referência suas inter-relações: educacionais, sociais, familiares, culturais, econômicas e ambientais. Optamos por uma amostragem não probabilística e por conveniência quando selecionamos 5 (cinco) jovens do sexo feminino, residentes no espaço rural, entre os 46 jovens (homens e mulheres) de São Miguel do Iguaçu que estudam na Escola Agrícola Estadual “Manuel Moreira Pena” em Foz do Iguaçu, PR – Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu – na modalidade de internato e estão matriculados no curso Técnico em Agropecuária.

A temática educação, profissionalização permeia os anseios das estudantes, quando analisamos opções e projetos de vida das jovens pesquisadas. Em seguida a problemática de gênero e trabalho no espaço rural é ressaltada a partir do contato com as jovens participantes da pesquisa. O recorte foi necessário para podermos focar nas jovens residentes no espaço rural e assim analisarmos as variáveis relacionadas ao curso técnico, a gênero e ao trabalho na propriedade. Entre os motivos que nos levou a optarmos pelos jovens do curso Técnico em Agropecuária está o fato dessas escolas passarem por uma mudança estrutural e, até o momento da coleta de dados (segundo semestre de 2014), estavam se adequando as diretrizes sobre a Educação do Campo, outro motivo foi a facilidade de acesso ao Colégio Agrícola dada a sua localização em Foz do Iguaçu.

São Miguel do Iguaçu está localizado no extremo oeste paranaense, possui uma extensão territorial de 851,304 km², com uma densidade demográfica de 30,27 habitantes por km² e a população estimada é de 27.061 habitantes. Atualmente o Agronegócio é responsável pela maior fatia da economia, atingindo uma área de 56.744,59 hectares (ha) cultivados. Estima-se que a população rural é de 9.279 habitantes distribuídos em 3.195 propriedades rurais de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). O cultivo de soja lidera a produção no rural, seguido pelo milho safrinha. A economia é incrementada pela produção de leite, suinocultura e avicultura. A criação de suínos e aves cresce a cada ano devido a

instalação de agroindústrias de abate e processamento na região. Isso evidencia a estratégia de expansão utilizada nas agroindústrias que controlam a cadeia de produção local.

Não existem muitos registros sobre a história do município que datam da década de 40, quando começam a chegar os primeiros colonizadores na região. As terras que a princípio pertenciam a Foz do Iguaçu serviam de exploração de grandes colonizadoras que atuavam no cultivo de erva mate e na exploração da madeira, principais atividades econômicas da época. Em 1948 a empresa chamada Colonizadora Gaúcha Ltda passou a se instalar na região, contribuindo para a formação do primeiro núcleo colonizador no município. Esse núcleo era formado principalmente por pessoas vindas dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que deixavam seus lares a procura de melhores condições de vida e terras férteis ainda “inexploradas”. No ano de 1949 a fundação da Colonizadora Gaúcha Ltda, deu início ao processo de medição e demarcação das colônias que formavam o então território da Fazenda São Miguel posteriormente denominada Vila Gaúcha. No dia 06 de fevereiro de 1958 a Vila Gaúcha foi elevada à categoria de distrito administrativo e judiciário de Foz do Iguaçu, pela Lei nº 3.550 e pelo Decreto nº 282 de 03 de novembro de 1959. Já em 25 de janeiro de 1961, o distrito de Gaúcha foi emancipado, de acordo com a Lei Estadual nº 4.338 sendo desmembrado de Foz do Iguaçu. Desde o início da colonização há relatos sobre a divisão do trabalho caracterizada a partir do gênero. A maioria dos moradores tinham como profissão a agricultura e, em alguns casos a pecuária, atividades que

sustentavam às famílias e a economia do Município. Com o passar do tempo, o desenvolvimento trouxe a necessidade de novos profissionais, que aos poucos eram integrandos à comunidade, surgindo os primeiros comerciantes, alfaiates, motoristas, carpinteiros, professores e outros e com eles, começaram a surgir as lojas, as pequenas indústrias de transformação, os escritórios, os cartórios, os hospitais, as farmácias, etc Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu (PSMI, 2014).

O trabalho de pesquisa adotou a metodologia qualitativa, mas tratou alguns dados quantitativamente fazendo uso de diferentes técnicas de pesquisas como revisão bibliográfica, definição de informantes-chave, entrevistas com dirigentes de instituições como as Secretarias Municipais de Agricultura e Educação, que têm ações voltadas para o espaço rural do município.

Consideramos que a temática abordada é relevante para o debate sobre o Desenvolvimento Rural no Brasil, pois, refere-se a temas emergentes na sociedade contemporânea. A problemática de gênero, o papel da mulher no universo do trabalho na propriedade rural, os motivos das jovens optarem por fazer o curso Técnico em Agropecuária como projeto de vida no espaço rural. Tendo em vista esses aspectos faremos uma análise para problematizar as ações e reflexões das 5 (cinco) jovens de São Miguel do Iguaçu no contexto de suas famílias e do espaço rural do município.

Breve histórico: educação no Brasil e espaço rural

O Brasil é um país de origem eminentemente agrária, entretanto no

que se refere à educação do campo observamos que há uma frágil preocupação do Estado em relação ao tema. Para alguns críticos, isso evidencia o descaso de nossos dirigentes com a educação do campo refletindo a cultura vinculada a uma economia agrária apoiada pelo latifúndio e os aspectos produtivos.

A Constituição de 1824 assegurava a gratuidade da instrução primária e à criação de instituições de ensino, posteriormente a Carta Magna de 1891 garante a laicidade e a liberdade de ensino nas escolas públicas. Na organização do território em República Federativa ocorre o reconhecimento da autonomia dos Estados e Municípios sobre a Educação, mas os impactos dessa perspectiva são prejudicados pela ausência de um sistema nacional, que repercute até a contemporaneidade, e assegurasse a articulação entre as diversas esferas do poder público para a construção de uma política educacional para o conjunto do país (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2001).

A educação se consubstanciou, nos últimos anos, como um fator primordial para a sociedade brasileira, mas falta uma abordagem que preze pela consciência sobre a cultura e identidade no espaço rural, que respeite e valorize a educação no processo de formação da cidadania. Podemos dizer sobre a ausência de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses das comunidades rurais, como se o trabalho no espaço rural não exigisse nenhuma preparação ou qualificação, reduzindo-se a alfabetização. Não é difícil de imaginar situações em que o trabalho rural tem sido deslegitimado por aqueles que deveriam incentivar o desenvolvimento

de uma consciência crítica durante o processo de formação.

O debate sobre a educação do campo se inicia efetivamente nas primeiras décadas do século XX, visto como uma forma de conter a migração rural-urbana e aumentar a produtividade no campo. Alguns setores entram em alerta sobre as implicações que o modelo urbano de formação oferecido aos professores que atuavam nas escolas rurais poderiam desencadear. Esses profissionais, desenvolviam um projeto educativo ancorado em valores e conteúdos próprios da cidade, deslegitimando características que são específicas do campo. Esta avaliação é importante, pois, demonstra como as práticas educativas das instituições de ensino desconhecem a importância das condições de vida e de trabalho para a permanência das famílias no espaço rural (*op. cit.*).

A Constituição de 1934 apresenta grandes inovações sobre a educação por afirmar a responsabilidade do Estado e atribuir às três esferas, do poder público, responsabilidades na garantia do direito à educação. Previa ainda o Plano Nacional de Educação, a organização do ensino em sistemas, bem como, a instituição dos Conselhos de Educação que em todos os níveis recebem funções e assessoria dos governos para a elaboração do plano de educação e a distribuição de fundos especiais. O financiamento do atendimento escolar no espaço rural fica sob a responsabilidade da União, que deve repassar os recursos vinculados à sua manutenção e desenvolvimento (*op. cit.*).

Em meio a esse cenário são estabelecidos os Cursos Técnicos em Agropecuária, criados através da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-

Lei 9613, de 20 de agosto de 1946) que tinha como objetivo primordial a preparação profissional para o trabalho na agricultura. Em seu texto, surge a preocupação com os valores humanos e o reconhecimento da importância da cultura geral e da informação científica no esforço de estabelecer a equivalência do ensino agrícola com as demais modalidades de ensino. Esse Decreto incorpora na legislação específica o papel da escola na constituição de identidades hierarquizadas a partir do gênero, não permitindo a entrada de meninas nos cursos (*op. cit.*). Na Constituição de 1988, a educação aparece como um direito de todos e um dever do Estado, transformando-a em direito público subjetivo, independentemente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Alguns estados preveem de forma genérica o respeito às características regionais na organização e operacionalização de seu sistema educacional sem incluir em suas Diretrizes, normas e princípios voltados especificamente para a Educação do Campo. Recentemente, os impactos sociais e as transformações ocorridas no espaço rural influenciaram decisivamente a formulação de diretrizes e bases para a oferta e o financiamento da educação escolar. Os artigos dos artigos 208 e 210 da Carta Magna de 1988, inspirada numa concepção de mundo rural enquanto espaço específico, diferenciado e ao mesmo tempo integrado ao conjunto da sociedade, estabelece que, a oferta da educação básica para a população rural e os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias à sua adequação respeitando às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

“i) oferecendo conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; ii) organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; iii) adequação à natureza do trabalho na zona rural”. (Lei 9394/96; Artigo 28 *apud* Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2001).

De acordo com coordenadora da Educação do Campo - Núcleo Foz do Iguaçu, responsável por atender entre outros o Município de São Miguel do Iguaçu – as Diretrizes sobre Escola do Campo no estado do Paraná são recentes. Aprovada no ano de 2010, depois de longas reuniões organizadas por um grupo de trabalho do qual ela fez parte, e que tinha como objetivo, construir propostas e formular os princípios a serem adotados para a Educação do Campo no Estado, aprovado em regime de urgência devido ao momento de insegurança provocado pelas eleições estaduais no mesmo ano (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Com a Resolução nº 4783/2010 – GS/SEED que institui a Educação do Campo como uma Política Pública Educacional no Paraná, todas as escolas localizadas nos distritos rurais do município de São Miguel do Iguaçu, e até mesmo uma escola localizada no centro, na qual, cerca de 51% dos alunos são provenientes do espaço rural, adotaram o termo “Escola do Campo”. São elas: Escola do Campo Dom Pedro II; Escola Estadual do Campo Coelho Neto; Escola Estadual do Campo Santa Rosa do Ocoí; e Escola Estadual do Campo Castelo Branco. Observamos que essas escolas sempre apresentaram

características específicas, seja por sua localização física ou pela identidade cultural de seus alunos, independente do Projeto Político Pedagógico (PPP) em curso. Ainda que as escolas estejam passando por ajustes burocráticos para se adequar aos princípios estabelecidos pelas diretrizes sobre as Escolas do Campo, na prática, não se reconhece nenhuma mudança na metodologia proposta aos alunos.

Jovem no ou do rural?

A caracterização presente em definições acadêmicas sobre juventude, e que servem para apoiar as políticas públicas direcionadas aos jovens, utilizam critérios biológicos e faixa etária para identificar e associa muitas vezes juventude a um período de transição entre a infância e a vida adulta (MARTINS *et al.*, 2010). Este critério é fundamental para definir a aplicação de recursos e programas específicos para os jovens, podendo variar de uma sociedade a outra de acordo com a expectativa de vida da população. Entretanto no que se refere aos jovens rurais, Castro (2008) chama a atenção para o fato de que no espaço rural a categoria juventude é historicamente construída e definida pela posição social que o indivíduo ocupa na família e na comunidade. O jovem rural é uma categoria marcada, muitas vezes, pela fragilidade da representação ou voz nos espaços de tomada de decisão dentro ou fora da família. Nesse sentido, a saída do espaço rural em muitos casos tem se mostrado como uma alternativa para a independência dos jovens rurais. No espaço rural, tanto a autonomia como a permanência do jovem na propriedade encontram-se diretamente relacionadas a

fatores como, o acesso à terra e a posição que o indivíduo ocupa dentro da família. Para as mulheres, e principalmente as que se encontram na posição de filha, a saída do rural para os centros urbanos é ainda mais evidente por se encontrarem numa posição inferior de acordo com a hierarquia familiar. Essa saída ocorre por diversos motivos, mas o principal refere-se à possibilidade de dar continuidade aos estudos e de conseguir um bom trabalho (BRUMER, 2004); (GAVIRIA e MENASCHE, 2006).

Na contemporaneidade, o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, “chefe da família”, é ele quem toma as decisões de investir em novas tecnologias, e também, quem mantém contato com os técnicos, faz a maioria das compras e vendas, relaciona-se com os bancos e participa de associações ou cooperativas. De acordo com o Secretário de Agricultura de São Miguel do Iguazu um dos conflitos que ocorrem na família, especificamente entre os jovens e seus pais está relacionado ao uso de tecnologia: “Muitas vezes os jovens têm uma visão diferente da dos pais, querem investir e mudar a forma de produzir, mas os pais querem continuar com a forma tradicional” (TRES, 2014). Isto demonstra que os jovens se encontram numa posição de subordinação dentro da propriedade e da família, o que acaba fazendo com que eles busquem outras alternativas para adquirir sua independência, que geralmente ocorre na migração para a cidade.

Neste sentido, a questão do gênero e juventude no espaço rural é o ponto central deste trabalho onde pretendemos fazer uma reflexão sobre o papel da mulher na propriedade agrícola,

a partir de uma análise das entrevistas com as jovens rurais do sexo feminino que estão matriculadas no curso de Técnico em Agropecuária, identificando qual o papel da educação técnica em suas vidas, e se o fato delas se qualificarem tem influenciado sua participação no trabalho realizado na propriedade agrícola familiar. Permanece a questão jovem no rural ou do rural? O importante é demonstrar as contradições vivenciadas pelos atores sociais jovens no espaço rural que são as mesmas em uma análise macro, mas apresentam nuances de inter-relações, a partir da família e comunidade, quando consideramos a escala micro ou do lugar. Talvez a contradição que perdura, na contemporaneidade, é, ainda, a de gênero vinculada principalmente à lógica do trabalho.

Representações de gênero: papéis em construção?

As abordagens sobre gênero expressam a disparidade existente em nossa sociedade na medida em que faz transparecer a posição desigual da mulher em relação ao homem. Estudos sobre a influência do gênero na vida das populações rurais demonstram que as mulheres rurais são as que menos tem poder e acesso aos recursos, principalmente em zonas rurais de países subdesenvolvidos, como no caso da América Latina (FAO, 2011b; 2013). Entretanto, cabe aos pesquisadores um olhar mais pontual e não apenas se basear por visões generalistas, pois, as características de gênero estão fortemente ligadas a contextos culturais locais específicos e não apenas a características demográficas.

O gênero é determinado por fatores sociais como idade, classe econômica, região/país, podendo ser encontradas diferenças em um mesmo lugar. O que se pode afirmar sobre o gênero, é que ele é um definidor nas relações entre homens e mulheres, assim como, entre meninos e meninas. (Ibid)

Assim, o termo “igualdade de gênero” é um tema latente na atualidade, sendo perseguido e utilizado para definir metas e intervenções de instituições internacionais e consta como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Organização das Nações Unidas (ONU). Isso implica necessariamente na promoção da participação equitativa de mulheres e homens no que se refere a tomada de decisão, para que tenham uma mesma capacidade de exercer os direitos humanos, o acesso equitativo aos recursos e os mesmos benefícios do processo de desenvolvimento como, iguais oportunidades de emprego e todos os demais aspectos de seus meios de vida. Diante disso, vale ressaltar que as mulheres rurais são as que aparecem como mais prejudicadas nesse processo. (FAO, 2011b; 2013)

Considerando que as relações de gênero são, formas com as quais uma sociedade define quais são os direitos e deveres intrínsecos a identidade de homens e mulheres, no que diz respeito as relações entre os indivíduos, baseadas no poder e nas obrigações entre as partes, o gênero encontra-se estritamente vinculado ao desenvolvimento mútuo de cada indivíduo dentro da sociedade. Quanto às funções sobre gênero, Moser (1998 *apud* FAO, 2013 p. 10) descreve cinco funções do gênero: “(i) são construídas socialmente; (ii) determinam as atividades econômicas e sociais; (iii)

refletem as diferenças biológicas; (iv) variam entre regiões e culturas; e (v) mudam com o tempo”.

O acesso e controle sobre os recursos pelas mulheres, quando comparado com o dos homens, é considerado desigual em praticamente todas as regiões do mundo. Esse fato é mais agravante nas regiões mais pobres, pois segundo a FAO (2011a; 2013), o número de pessoas que passam fome poderia ser reduzido se as mulheres tivessem o mesmo acesso que os homens aos recursos. Para que isso seja possível, outros fatores devem ser considerados e não apenas o acesso, como por exemplo, a posse do título da propriedade ou da terra, que significaria deter o controle dos recursos. Em razão disso, encontra-se a ideia de que, se as mulheres possuísem maior acesso e um controle igual que os homens sobre os recursos haveria mais possibilidades para elas produzirem alimentos de qualidade, com menor impacto sobre o meio ambiente e em maior quantidade.

As questões sobre o gênero também constituem um fator importante para que se tenha segurança alimentar e para que se alcance seus quatro princípios fundamentais: disponibilidade, estabilidade, utilização e acesso. As assimetrias existentes entre homens e mulheres têm afetado de forma significativa a produção de alimentos, não se tratando apenas de uma desigualdade de acesso e controle sobre a terra, as mulheres também são prejudicadas no que diz respeito ao acesso a outros recursos como a água, energia, crédito, conhecimento e mão de obra na agricultura (FAO 2011a; 2013).

Em seus estudos sobre gênero Brumer (2004) tem analisado as causas da acentuada migração das jovens rurais

no Rio Grande do Sul a partir dos dados do IBGE, constatando que, em todos os grupos de idade a população masculina é maior que a feminina, e que, essa diferença entre os sexos atinge seu ápice na faixa etária de 20 a 25 anos. A autora procura demonstrar com isso que, a migração rural-urbano tem sido seletiva por idade e sexo, e que os fatores que tem levado as jovens rurais a migrarem mais que os jovens rurais, estão relacionados diretamente com as condições de vida e trabalho no espaço rural. Nesse sentido, seus estudos se propõem a analisar qual a inserção das mulheres na unidade de produção familiar agrícola, e as mudanças ocorridas dentro desse cenário.

A seletividade da migração por idade e sexo é explicada por dois fatores principais, o primeiro é a falta de oportunidades oferecidas no espaço rural e o segundo seria pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior da família e a invisibilidade sobre o trabalho dos jovens e das mulheres. Essas características têm sido apontadas pelos estudiosos de gênero como intrínsecas a tradição cultural da família que é perpassada de geração em geração (Ibid).

Espaço rural: unidos pela terra, divididos pelo trabalho

Na agricultura o trabalho desempenhado por homens e mulheres é diferente, enquanto os homens têm se dedicado quase que exclusivamente as atividades produtivas as mulheres, normalmente, desempenham várias atividades simultaneamente, equilibrando as demandas com o tempo dedicado a cada uma das atividades realizadas. O gênero é um definidor do

trabalho empregado por ambos os sexos na propriedade rural (MOSER, 1998 *apud* FAO, 2013).

O reconhecimento de que homens e mulheres desempenham atividades diferentes em um mesmo local, somado a existência de obstáculos culturais, institucionais, físicos e econômicos enraizados na sociedade demonstram que há uma ocorrência de discriminação sistemática de gênero.

Para Brumer (2004) o número de homens que se tornam agricultores é maior do que o de mulheres, pelo fato do primeiro ser quem herda diretamente a propriedade, enquanto que, as mulheres só se tornam agricultoras se casarem com um agricultor. Ainda, segundo a autora, a mudança nos meios de produção tem levado à uma crescente diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura, o que impacta diretamente na unidade de produção familiar, sem contar que, com a modernização da agricultura, e à adoção de novas práticas agrícolas o trabalho produtivo tem demandado certo grau de conhecimento para operar as novas e modernas máquinas agrícolas (SILVA e SCHNEIDER, 2010).

A tecnologia favoreceu o trabalho de homens e mulheres na propriedade, em todas as áreas de produção, tanto na agricultura como na pecuária, o mercado tem disponibilizado diferentes equipamentos que desconstruem aquela velha ideia de trabalho pesado e trabalho leve que é corriqueiramente utilizado como discurso para definir o trabalho dividido a partir do gênero. Não podemos negar que isto é muito mais um aspecto cultural do que biológico, e que as mulheres desempenham atividades que

demandam força e exigem gastos energéticos tão altos quanto os homens.

Análise e discussão dos resultados de pesquisa

As análises serão organizadas comparando parte dos resultados obtidos com os questionários aplicados aos 46 (quarenta e seis) estudantes que foram entrevistados em 2014, mas dando ênfase as entrevistas das 5 (cinco) jovens do sexo feminino que circunscrevem o cerne deste trabalho. Optamos por uma conformação de análise dialética em escala, isto é, do universo macro – conjunto de estudantes do Colégio Agrícola – até o universo micro das 5 (cinco) jovens que foram eleitas por viverem no espaço rural do município de São Miguel do Iguaçu.

Com respeito ao acesso à educação técnica agrícola não é difícil observar no Colégio, pelo menos na turma oriunda de São Miguel do Iguaçu, a diferença que existe entre o número de alunos matriculados por sexo havendo o predomínio do número de meninos em relação ao de meninas. Como exposto a partir da Lei Orgânica do Ensino Agrícola 1946 predominam, na educação técnica agrícola, valores estabelecidos pela sociedade patriarcal à época, mas que ressoam na contemporaneidade. Entre o conjunto dos jovens analisados, a partir dos 46 questionários do Projeto CNPq (2013), mais da metade 55% se originam de famílias que vivem no espaço rural, porém, se considerarmos os que possuem propriedade agrícola, esse número sobe para 67,4%. Isto demonstra que há uma diferença entre esses jovens a partir da moradia, uma parcela em que a família vive na propriedade fazendo

desta sua forma de vida e trabalho e outros que tem a posse da propriedade, mas vivem na cidade, e ainda, os que não possuem propriedade e vivem no espaço urbano.

Vejamos alguns resultados a partir da amostra que contou com 46 jovens de São Miguel do Iguçu (11 meninas e 35 meninos) que estudam Colégio Agrícola de Foz do Iguçu (gráfico 1).

Observamos que entre os jovens de São Miguel do Iguçu, estudantes do curso Técnico em Agropecuária, em todas as faixas etárias ocorre maior representatividade de meninos do que de meninas e, ainda, nas faixas etárias mais avançadas que é de 18 e 19 anos, não há presença de meninas. A explicação para isso coincide com um fator histórico no qual o Colégio Agrícola desde seu princípio recebeu meninos, enquanto que as vagas ofertadas as meninas são recentes e o número de alojamento destinado a elas, ainda é menor. Até pouco tempo atrás todas as vagas eram somente destinadas aos meninos, mas recentemente a escola passou por uma mudança estrutural e física disponibilizando vagas e alojamento para algumas meninas (PESQUISA DE CAMPO, 2014).

Dentre as 11 (onze) jovens, estudantes do Colégio Agrícola, cinco vivem com a família na propriedade agrícola. Ao descreverem como é o curso, as estudantes relatam “ser bem puxado” por haver muito mais disciplinas que numa “escola normal.” Explicam que o curso é dividido em duas estruturas curriculares: uma normal como a de qualquer escola, outra específica para o curso técnico onde são ofertadas disciplinas teóricas e práticas voltadas para a agricultura e pecuária.

Segundo elas, é principalmente através das aulas práticas que conseguem esclarecer suas dúvidas. As jovens também descreveram como funcionam as aulas – durante as semanas tem tanto aulas práticas como teóricas: “tudo misturado.” Em sala de aula os professores geralmente enfatizam a teoria, enquanto que nas aulas práticas os alunos são levados a aplicar aquilo que estão aprendendo na teoria, geralmente os professores dessas disciplinas são técnicos por formação e suas explicações são feitas como se estivessem em campo. As turmas são divididas por setores, que pode ser agroindústria, aviário, horta e outros e cada um é encarregado de exercer uma função independente do gênero (PESQUISA DE CAMPO, 2014a).

Durante as entrevistas focais, Pesquisa de Campo (2014b) com as 5 (cinco) jovens, procuramos identificar os motivos pelos quais essas jovens buscaram estudar no Colégio Agrícola. Ao analisarmos suas respostas notamos que elas apresentaram como interesse principal a busca pela profissionalização relacionando-a com o fato de viverem no espaço rural:

“Por causa que eu queira saber mais sabe, porque eu tinha muita dúvida entre qual faculdade eu queria escolher se era agronomia ou veterinária, porque, com meu pai eu sempre fui de ajuda ele nas duas partes, daí entrei aqui pra ter mais noção do que cada faculdade ia trabalha certinho pra mim escolher (E.S.)”

“Bom, eu entrei no curso por causa que eu já moro com meus pais no interior, é (...), sempre fui ligada com as coisas da agricultura e pecuária então me interessei muito em entrar no curso (B.L.F.)”

“Mas, o porque eu entrei aqui, é mais pra garanti um futuro pra te (...) vamos dizer uma experiência do que mais pra frente eu vo passa, uma faculdade um exemplo. E aqui, eu entrei e eu aprendi muita coisa, coisa simples que talvez o pai e a mãe sabe e a gente não aprendeu quando tava em casa mais, aqui eu to aprendendo de vagarzinho e ta muito bom (T.C.)”

“A, tipo assim, eu morava com minha vó e com minha mãe né, no sítio, (...) mais é por interesse assim de sabe, tenta se aprofunda mais no conhecimento (P.P.)”

Entretanto, outra característica comum desponta entre essas jovens e que pode ter influenciado a decisão, ainda que apareça timidamente em seus depoimentos, o fato é que, o número de filhos por família vem diminuindo, (ver gráfico 2 logo abaixo) e algumas dessas famílias apresentam em sua estrutura apenas filhas mulheres, como é ilustrado no caso a seguir:

“(...) pra seguir aquilo que minha família faz porque, meu pai tem lavoura essas coisas e (...), a minha irmã não quer isso e eu quero, daí pra seguir eu acho que é um embasamento bom, pra tenta algum curso depois (R.B.)”

Devemos considerar que as famílias estão ficando cada vez menores seja no espaço rural ou na cidade e isso está conectado a vários aspectos, um deles é o acesso às informações básicas de saúde pública, que tem oferecido meios para prevenção. No caso das mulheres, isso é bastante significativo, pois elas passam a ter maior controle sobre seu corpo, o que acaba tendo impacto direto no número de filhos por família, por outro lado, as inovações tecnológicas fazem diminuir a necessidade de mão de obra dentro da propriedade agrícola. Esses dois fatores

podem influenciar num possível planejamento familiar, atingindo diretamente a direção das propriedades agrícolas.

Sobre acesso a informação, outra variável interessante diz respeito a formação ou o grau de estudo dos pais. Na comparação entre nível de estudos dos pais e o nível de estudo das mães podemos observar a situação exposta nos gráficos 3 e 4.

Comparando os dois gráficos percebemos que o número de mulheres sem formação é menor do que o de homens. Os homens apresentam uma porcentagem maior entre os que concluíram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e no Ensino Técnico se igualam. Já com respeito ao Ensino Superior e Pós Graduação as mulheres lideram o ranking. Entre os pais desses jovens percebemos que as mulheres têm alcançado maior escolaridade do que os homens. Isso pode estar atribuído ao fato da saída das mulheres do rural ser maior do que a dos homens, que por sua vez, pode ser relacionado ao fato delas apresentarem menos oportunidades de trabalho e perspectiva de vida junto ao espaço rural, por isso, tendem a migrar mais e dar continuidade aos estudos.

Entre as mães dessas jovens algumas que vivem no rural, mas se dedicam a outras atividades que não a agrícola, gera outra perspectiva para a família que é o ingresso de renda proveniente de atividades não agrícolas. Na maioria dos casos analisados, as mães vivem e trabalham no espaço rural, trabalho este que é considerado de ajuda aos seus parceiros dentro da propriedade já que as funções domésticas tendem a predominar de acordo com o gênero feminino.

Ao responderem sobre as diferenças que existem entre o trabalho realizado por homens e mulheres na propriedade, a maioria concorda que as diferenças existiram, mas que hoje homens e mulheres são capazes de exercer as mesmas funções. Entretanto, consideram que, antigamente os homens eram os responsáveis por trabalhos mais pesados, enquanto as mulheres eram ensinadas a exercer os serviços dentro de casa, que basicamente era cuidar dos filhos e arrumar a casa. Essa visão sobre o tipo de trabalho realizado por homens e mulheres dentro da propriedade encontra-se carregada de diferenças estabelecidas a partir do gênero feminino e masculino, enraizadas através da cultura. Ainda que percebam as diferenças no trabalho agrícola como algo mais ligado ao passado, considerando que hoje as mulheres trabalhem igual que os homens na agricultura, esse reconhecimento parece se perder em alguns momentos, como podemos perceber na fala de uma das entrevistas que expõem o fato das mulheres dependerem dos homens para realizar algumas tarefas, principalmente as que envolvem o trabalho com máquinas agrícolas.

“Vamos dizer na minha casa um exemplo? Um exemplo dirigir um trator, lá em casa só os homens dirigem trator, então a gente mulher tem que depender dos homens e (...) ai é ruim porque, qué fazer uma coisa e eles não querem, daí fica, vai de atrás, não vai e fica tudo largado, mais (...) é (...) é isso (T.C).”

'Ao serem interpeladas sobre as atividades em que mais contribuem na propriedade, todas as jovens entrevistadas responderam que as

atividades que mais costumam contribuir são aquelas voltadas aos serviços domésticos, seguido do trato e cuidados de animais, e quando preciso ajudam na plantação e colheita, e que raramente operaram algum maquinário.

“Eu ajudo meu pai a planta quando ele ta plantando, esse ano eu não ajudei ele no período de colheita nenhuma vez porque eu tava aqui, ele colheu durante a semana. As vezes eu ajudo ele a gradia se ele pede, alguma coisa assim, e agora eu tô ajudando ele a monta uma hortinha (R.B.).”

“[...] coisas simples vamos dizer, minha mãe mexe vamos dizer, tem as vacas de leite, tipo não muita coisa assim, então eu ajudo ela com o pasto, com o trato, com [...] limpa assim a casa, [...] que mais, trata os bicho, essas coisas simples. O pai na roça, as veze[...] (T.C).”

Os trabalhos realizados pelas jovens na propriedade variam de acordo com as atividades desenvolvidas dentro da propriedade e a disponibilidade de tempo, pois, todas encontram na escola em período de internato durante a semana. Na maioria dos casos, ao retornarem para casa nos fins de semana, as jovens têm ajudado as mães na ordenha e contribuem nos serviços domésticos. Apenas uma das famílias das cinco jovens entrevistadas não trabalha com gado de leite, nesse caso ela participa com o pai nos processos de plantio e colheita quando possível.

Considerações finais

Conforme as análises ao longo do trabalho a Educação Técnica voltada para o espaço rural, desde sua criação, esteve voltada para atender prioritariamente a parcela masculina da

população, enquanto o gênero feminino permaneceu relegado a determinadas relações sociais “patriarcais”. Atualmente com o reconhecimento dessas diferenças, e principalmente por se tratar de casos que revelam o preconceito quanto ao gênero, algumas mudanças foram colocadas em prática, como podemos observar pelas vagas destinadas as meninas no Curso Técnico em Agropecuária.

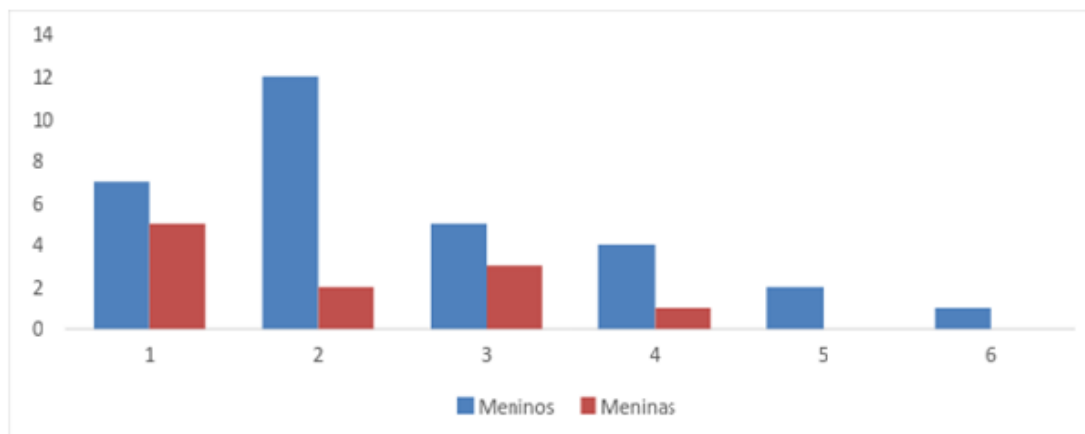
Considerando que trabalho e gênero no espaço rural são antes de tudo, processos culturais que perpassam anos, e tanto as moças como os rapazes são ensinados desde cedo a exercer suas atividades junto aos pais, onde aos meninos cabem participar juntamente com o pai na produção da lavoura, enquanto que, as meninas são encarregadas de exercer suas atividades junto a mãe geralmente no trabalho doméstico e na ordenha. Isso foi constatado durante as entrevistas, salvo aquelas jovens cuja família não apresenta nenhum filho homem, nesses casos há uma abertura modesta para as jovens se inserirem naqueles trabalhos que são mais ligados ao gênero masculino.

Para as jovens de São Miguel que estudam no Colégio Agrícola e participaram do curso Técnico em Agropecuária, entre as atividades que mais gostam no curso está a interação social que ele traz, as amizades que são construídas e a troca de experiências com os outros jovens. Entretanto, a responsabilidade e a independência aparecem como pontos relevantes em suas percepções ao considerar que isso contribui para a construção de seus projetos de vida. Essas jovens ao permanecer no colégio, conseguem ter acesso a informações e passam a

desempenhar tarefas que em casa não lhe são passadas, isso faz com que elas adquiram mais confiança na hora de participar e desenvolver trabalhos em casa.

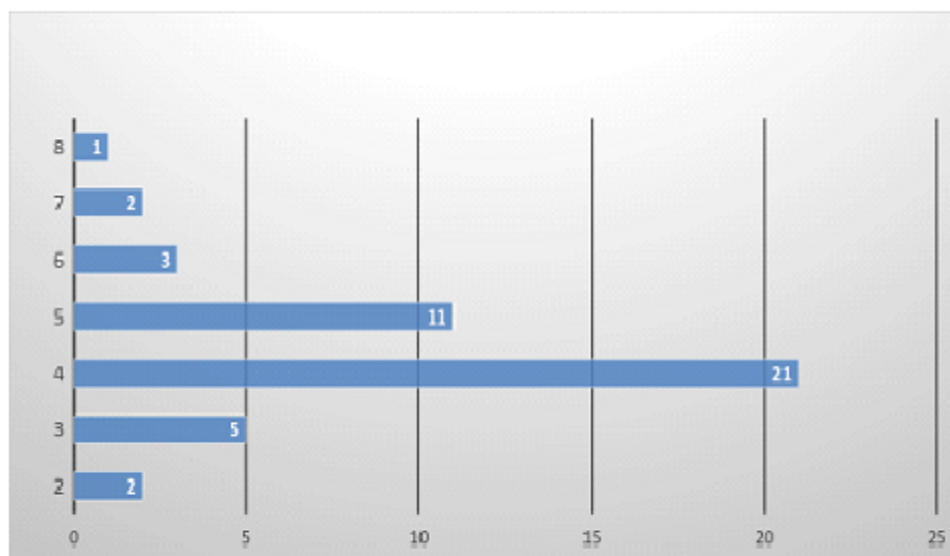
Podemos nos questionar quais as consequências disso tudo, considerando a diminuição no número de integrantes na família e o papel que as mulheres ocupam na unidade familiar agrícola atualmente. Neste sentido, a questão de gênero no espaço rural deve ser discutida em todas as instâncias para que as jovens no rural adquiram maior autonomia na hora de planejarem seus projetos de vida. Para que consigam identificar os processos de exclusão quanto ao gênero e buscarem soluções e inserções, seja no trabalho da propriedade ou em qualquer outro lugar.

Gráfico 1 – Jovens de São Miguel do Iguaçu que cursam Técnico em Agropecuária – segundo a faixa etária e o sexo:



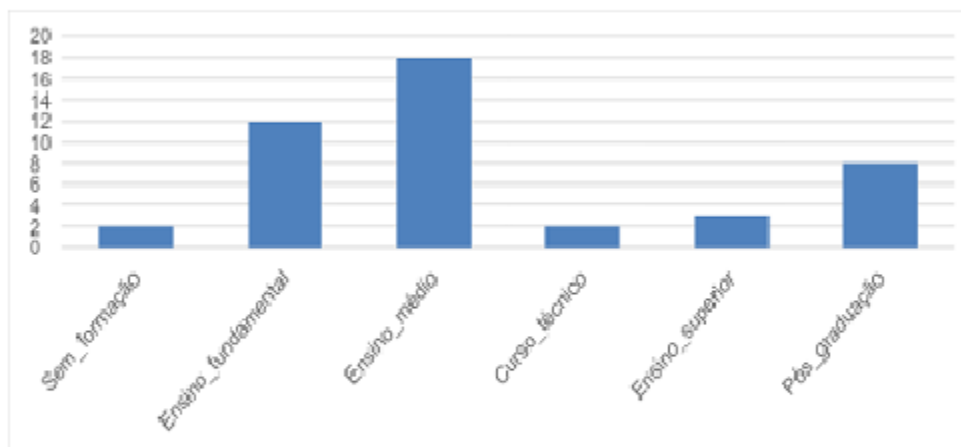
Fonte: Pesquisa (2014) – Projeto CNPq (2013)

Gráfico 2 – Número de integrantes das famílias



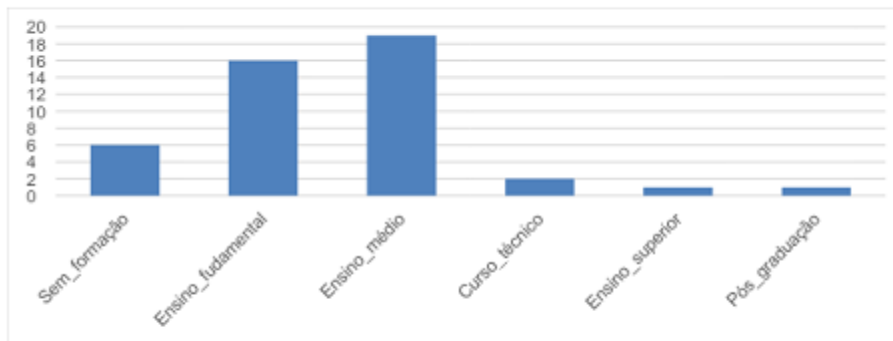
Fonte: Pesquisa (2014) – Projeto CNPq (2013)

Gráfico 3 – Nível de escolaridade da mãe



Fonte: Pesquisa (2014) – Projeto CNPq (2013)

Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos pais



Fonte: Pesquisa (2014) – Projeto CNPq (2013)

Referências

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2013.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Decreto Lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n 2, de 28 de abril de 2008. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**, 2008.
- BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.
- CASTRO, Elisa Guaraná; “**Young Fellow e Old Fellow: a construção da categoria jovem**” a partir de um estudo de Arensberg e Kimball sobre a família e a comunidade na Irlanda. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 12, no. 2, P: 272-321; 2004.
- CASTRO, Elisa Guaraná; et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator**. Ed. Mauad X; Seropédica-RJ; 2009.
- FAO - ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO). Módulo 1. **Marco conceptual: cuestiones de género y enfoques para el análisis de género**. Guía de Capacitación: Investigación del Genero y

Cambio Climático en la Agricultura y la Seguridad Alimentaria para el Desarrollo. CCAFS & FAO; 2 ed; 2013. Disponible en: <http://www.fao.org/climatechange/micca/gender>; (Guía de capacitación).

GAVIRIA, Rosa Margarita; MENASCHE, Renata. **A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo**. Estudo & Debate; Lajeado, v. 13, n. 1, P: 69-82, 2006.

MARTINS, M. *et al.*; **Jovens Rurais no Brasil: a construção de um novo ator político**. Ponencia presentada al VIII Congreso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2010. Disponível em< <http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 23 de novembro de 2014.

PARANÁ (Estado). **Resolução 4783 de 28 de outubro de 2010**. Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional com vistas à garantia e a qualificação do atendimento escolar aos diferentes sujeitos do campo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica, 2010.

PESQUISA DE CAMPO. Entrevistadora: Karini Scarpari, 2013. **Roteiro de entrevista**.

PESQUISA DE CAMPO. Entrevistadores: Karini Scarpari, Samuel Barreto Siqueira, Rafael Lucas Ferreira Alves, Exzolvildres Queiroz Neto, 2014(a). **Questionários**.

PESQUISA DE CAMPO. Entrevistadora: Karini Scarpari, 2014(b). **Entrevistas e grupo focal**.

PSMI – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR. **História de São Miguel do Iguçu**. Disponível em:< <http://saomiguel.hospedagemdesites.ws/historia>> . Acesso em: 23 nov. 2014.

SILVA, Carolina Braz de Castilho e; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (ORG.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis - SC, Ed. Mulheres, 2010, p: 183-207.

SOUSA, L. M. **Educação do campo**. Entrevistadora: Karini Scarpari. Pesquisa de campo, 2013. Entrevista.

TRES, N. **Espaço rural de São Miguel do Iguçu**. Entrevistadora: Karini Scarpari. Pesquisa de campo, 2014. Entrevista.

Recebido em 24/02/2015

Aprovado em 21/05/2015